



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

# RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (RAG 2022)

Cuiabá-MT  
Março/2023

## SUMÁRIO

<b>1. O QUE É RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL .....</b>	<b>3</b>
<b>2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RAG.....</b>	<b>4</b>
<b>3. LISTA DE RESPONSÁVEIS POR AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS .....</b>	<b>9</b>
<b>4. RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL 2022 DO PJMT .....</b>	<b>10</b>
UO 03.101 – PROGRAMA 036 .....	11
UO 03.101 – PROGRAMA 996 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS .....	11
UO 03.101 – PROGRAMA 997 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS .....	12
UO 03.601 – PROGRAMA 036 – APOIO ADMINISTRATIVO .....	13
UO 03.601 – PROGRAMA 996 PROGRAMA 996 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS .....	13
UO 03.601 – PROGRAMA 399 – APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ...	15
UO 03.601 – PROGRAMA 400 – GESTÃO ESTRATÉGICA COM PESSOAS .....	19
UO 03.601 – PROGRAMA 401 – GOVERNANÇA E GESTÃO PARA RESULTADOS .....	21
UO 03.601 – PROGRAMA 529 – APRIMORAMENTO E SUPORTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL .....	23

## 1. O QUE É RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (RAG)

O Relatório da Ação Governamental – RAG é uma avaliação do desempenho dos programas e das ações (Projetos/Atividades/Operações Especiais – PAOE) estruturados no Plano Plurianual – PPA 2020-2023 (planejamento de médio prazo) e operacionalizados anualmente conforme Leis Orçamentárias Anuais–LOAs (planejamento de curto prazo).

A avaliação anual é parte fundamental do modelo de gestão do PPA e tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados inicialmente previstos nos programas, na busca do aperfeiçoamento contínuo da gestão desses programas e da alocação de recursos no orçamento do Estado, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

As informações e as recomendações resultantes da avaliação serão consolidadas no RAG 2022 e encaminhadas à Assembleia Legislativa de Mato Grosso e órgãos de controle interno e externo.

Nesse sentido, a avaliação constitui um instrumento para subsidiar a Assembleia Legislativa no processo de apreciação dos projetos de leis que fundamentam a execução do plano plurianual e dos orçamentos anuais, além de assegurar o fornecimento de dados e informações úteis para a tomada de decisão, os quais poderão ser utilizados pela Administração do Poder Judiciário de Mato Grosso-PJMT como parte integrante da gestão de seus programas, com vistas à obtenção de melhores resultados na alocação dos recursos.

Para avaliar um programa ou uma ação é necessário definir com clareza, ainda na fase de elaboração, quais serão as metodologias e os instrumentos utilizados para monitorar, avaliar e, conseqüentemente, gerir o programa.

Dessa forma, é de fundamental importância a qualidade da informação prestada, de modo que proporcione à sociedade um entendimento claro e objetivo da implementação da política de gestão do PJMT e da execução dos programas, assegurando o princípio da transparência na Administração Pública, com a demonstração de como os recursos foram aplicados e quais os produtos e serviços foram disponibilizados à sociedade mato-grossense.

## 2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO RAG

### a. Análise qualitativa e quantitativa

A elaboração do RAG 2022 é realizada de análises e avaliações dos programas e ações orçamentárias, no tocante à quantidade e qualidade.

Na **análise quantitativa**, os dados numéricos são interpretados com base nos valores demonstrados no exercício, de maneira a obter um diagnóstico preciso com o conjunto de informações, com a avaliação da realização do orçamento em relação ao previsto na lei orçamentária e ajustado após os créditos suplementares.

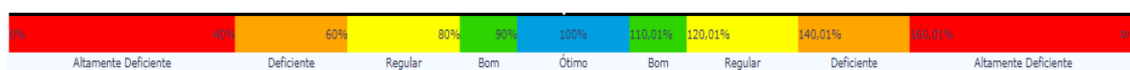
De outro lado, a **análise qualitativa** permite a contextualização das ocorrências relevantes nos programas e ações, visando melhores resultados, sem, contudo, avaliar valores, pois os dados não são numéricos.

### b. Régua de Parâmetros

Com a metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público–ABOP, o RAG visa avaliar a eficiência e a eficácia dos resultados finais da despesa orçamentária/financeira e da meta física.

A Régua de Parâmetros busca medir todos os resultados alcançados nos programas e ações, com vistas à manutenção de um padrão de registros da evolução da gestão:

RÉGUA DE PARÂMETROS



A régua traz os seguintes parâmetros para mensurar o grau de desempenho alcançado na realização/execução do planejamento do órgão:

- **ÓTIMO**, se atingir a faixa de **90,01% a 110%**;
- **BOM**, se atingir a faixa entre **80,01% e 90%**, ou ainda, a faixa entre **110,01% e 120%**;
- **REGULAR**, se atingir a faixa entre **60,01% e 80%**, ou ainda, a faixa entre **120,01% e 140%**;

- **DEFICIENTE**, se atingir a faixa entre **40,01% e 60%**, ou ainda, a faixa entre **140,01% e 160%**;
- **ALTAMENTE DEFICIENTE**, se atingir a faixa entre **0% e 40%**, ou ainda, **acima de 160%**.

Verifica-se, dos parâmetros acima que, quanto mais próximo de 100%, melhor o desempenho alcançado, e quando mais distante, pior o desempenho.

c. Fluxo de Elaboração do RAG:

Conforme estabelecido nos §§ 1º ao 4º do art. 40 da Lei n. 11.549, de 27.10.2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO 2022), cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) elaborará o relatório de avaliação de resultados referente aos programas sob sua responsabilidade e fará o encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.

Em cumprimento a essa determinação legal foi elaborado fluxo interno para a elaboração do RAG a ser enviado ao Controle Interno, o qual deverá emitir parecer a ser apreciado pela Presidência do Tribunal de Justiça e submetido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

d. Etapas de preenchimento do RAG:

A elaboração do RAG 2022 do Poder Judiciário de Mato Grosso foi dividida em duas etapas, quantitativa e qualitativa. Essas duas etapas serão construídas para a análise das Ações/PAOEs e os Programas Orçamentários (*ver estrutura e responsáveis do RAG 2022 na seção 3*).

i. 1ª Etapa: Análise da Meta Física.

A meta física foi estabelecida no período de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2020-2023) e segue a régua de parâmetros da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, para análise do desempenho das Ações Orçamentárias.

Tem por finalidade demonstrar a quantidade que se deseja entregar de determinado produto (bem ou serviço), em consonância com os recursos alocados na respectiva ação.

Quando alcançada a meta física **exatamente** como planejado, a régua de parâmetros identifica que a meta está no seu **nível ótimo (100%)**, caso fique abaixo ou acima do planejado, a metodologia entende que a meta se afasta do seu nível ótimo, chegando a ter desempenho altamente deficiente, considerando o afastamento do valor planejado.

ii. 2ª Etapa: Análise Orçamentária.

Nessa etapa também se utiliza a régua de parâmetros para a análise de desempenho, no entanto, a análise é orçamentária, visando o planejamento e a execução.

A Capacidade de Planejar é aferida por intermédio do indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD) e a Capacidade de Executar pelo indicador de Capacidade Operacional Financeira da Despesa (COFD).

Com a finalidade de facilitar a análise, importante trazer alguns conceitos básicos do orçamento:

- **Dotação Inicial:** apresenta os valores orçados previstos na LOA/PTA, relativos a cada fonte orçamentária;
- **Dotação Final:** apresenta a dotação orçamentária ajustada após os créditos orçamentários realizados durante o exercício financeiro em análise;
- **Valor empenhado:** apresenta o valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para liquidação dos compromissos assumidos.

**PPD** – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar):

Com esse indicador, o órgão consegue verificar se o responsável pela Ação está conseguindo realizar uma efetiva projeção das despesas, ou seja, se a previsão orçamentária apresentada no PTA foi realizada corretamente.

Quanto mais próximo o valor empenhado estiver da dotação inicial do orçamento daquela Ação ou Programa Orçamentário, melhor o índice apresentado na

régua de parâmetros. Quanto mais distante (a maior ou a menor) o valor empenhado estiver em relação à dotação inicial, pior será o resultado do índice; sendo que o nível ótimo com indicador de 100% só ocorre quando o valor empenhado for igual à dotação inicial (*ver relação de desempenho no item 2.2.*).

A fórmula desse indicador é:

$$\text{PPD} = \text{Valor empenhado/Dotação Inicial}$$

Na análise do **PPD** é importante responder:

- i) Se as dotações autorizadas no PTA 2021 foram suficientes, se os recursos inicialmente previstos traduziram a real necessidade da Ação Orçamentária;
- ii) Se diante dos recursos inicialmente disponibilizados e os resultados apresentados a área conseguiu o desempenho próximo ou igual ao planejado inicial (PTA) para a Ação em análise;
- iii) Por fim, é importante informar, se caso a ação não foi executada ou foi executada parcialmente, quais os motivos para esse resultado. Caso o recurso tenha sido transferido, para que Ação Orçamentária e para o atendimento de qual atividade.

**COFD** – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar):

Com o resultado do COFD pode-se verificar o quanto as áreas estão executando os recursos orçados, ou seja, como está a capacidade do órgão quanto à sua gestão financeira.

Quanto mais próximo o valor empenhado estiver da dotação final do orçamento daquela Ação ou Programa Orçamentário, melhor o índice apresentado na régua de parâmetros. Quanto mais distante (a maior ou a menor) o valor empenhado estiver em relação à dotação final, pior será o resultado do índice; sendo que o nível ótimo com indicador de 100% só ocorre quando o valor empenhado for igual à dotação final (*ver relação de desempenho no item 2.2.*).

A fórmula desse indicador é:

$$\text{COFD} = \text{Valor empenhado/Dotação Final}$$

Na análise do **COFD** é importante responder:

- i) Se os recursos disponibilizados ao longo do exercício (considerando os créditos orçamentários) foram compatíveis com a programação estabelecida;
- ii) Se foram realizadas todas as entregas previstas para a ação em análise, se houve a necessidade de créditos adicionais e para que atividades e entregas os créditos foram utilizados;
- iii) Quanto as entregas realizadas com o crédito adicional, elas estavam previstas inicialmente ou foram planejadas e incorporadas durante o ano?
- iv) Os recursos adicionais solicitados foram totalmente disponibilizados?
- v) Importante relatar ainda as dificuldades encontradas para a execução do orçamento, considerando, entre outras coisas, licitações, celebração de contrato, aspectos administrativos e burocráticos, aspectos financeiros e orçamentários.



### 3. LISTA DE RESPONSÁVEIS POR AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

UO 03.101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
AÇÃO	RESPONSÁVEL
<b>PROGRAMA 036 - APOIO ADMINISTRATIVO</b>	
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	Karine de Moraes Giacomeli Lima
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Karine de Moraes Giacomeli Lima
<b>PROGRAMA 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS</b>	
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Elen Regina Augusta Prado Radi
8010 - Indenizações e restituições	Salma Catarina Barbato Paiva
<b>PROGRAMA 997 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO</b>	
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	Karine de Moraes Giacomeli Lima
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas	Karine de Moraes Giacomeli Lima
<b>UO 03.601 - FUNAJURIS</b>	
AÇÃO	RESPONSÁVEL
<b>PROGRAMA 036 - APOIO ADMINISTRATIVO</b>	
2005 - Manutenção e conservação de bens imóveis	Roberto Cyriaco da Silva
2006 - Manutenção de serviços de transportes	Roberto Cyriaco da Silva
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
2010 - Manutenção de órgãos colegiados	Salma Catarina Barbato Paiva
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Karine de Moraes Giacomeli Lima
2009 - Manutenção de ações de informática	Thomas Augusto Caetano
2014 - Publicidade institucional e propaganda	Mariane Aparecida Leite de Oliveira Weissheimer
<b>PROGRAMA 399 - APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL</b>	
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdiccional nos juizados	Luis Aparecido Bortolussi Junior
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	Cristiane Padim da Silva
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdiccional no 1º grau de jurisdição	Flávio de Paiva Pinto
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdiccional no 2º grau de jurisdição	Bruno Jose Fernandes da Silva
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	Tulio Dualibi Alves Souza
<b>PROGRAMA 400 - GESTÃO ESTRATÉGICA COM PESSOAS</b>	
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	Karine de Moraes Giacomeli Lima
3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas	Karine de Moraes Giacomeli Lima
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	Frederico Mauro Venega Cosso
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instância - ESCOLA DOS SERVIDORES	Andrea Marcondes Alves Sousa
<b>PROGRAMA 401 - GOVERNANÇA E GESTÃO PARA RESULTADOS</b>	
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Afonso Vitorino Maciel
3241 - Transformação da Governança	Afonso Vitorino Maciel
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	Paulo Márcio Soares de Carvalho
<b>PROGRAMA 529 - APRIMORAMENTO E SUPORTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL</b>	
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade	Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva
3233 - Inovação Tecnológica	Thomas Augusto Caetano
3237 - Melhoria nas edificações	Roberto Cyriaco da Silva
<b>PROGRAMA 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS</b>	
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Elen Regina Augusta Prado Radi
8010 - Indenizações e restituições	Elen Regina Augusta Prado Radi

**RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL  
EXERCÍCIO 2022  
PODER JUDICIÁRIO DE MT**

# UO 03.101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

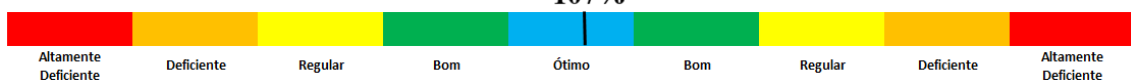
## PROGRAMA 036 Apoio Administrativo

### Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
036 - Apoio Administrativo	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.259.812.462,00	R\$ 1.361.541.002,26	R\$ 1.352.184.617,17	107%	99%
PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 35.894.390,00	R\$ 24.289.390,00	R\$ 23.728.605,99	66%	98%
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.003.415.150,00	R\$ 1.096.968.690,26	R\$ 1.089.190.210,96	109%	99%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 220.502.922,00	R\$ 240.282.922,00	R\$ 239.265.800,22	109%	100%

### PPD – Programa 036 – Apoio Administrativo

107%



### COFD – Programa 036 – Apoio Administrativo

99%



## PROGRAMA 996 Operações Especiais: outras

### Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
996 - Operações Especiais: outras	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.081.861,00	R\$ 366.861,00	R\$ 208.885,91	19%	57%
PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 21.861,00	R\$ 366.861,00	R\$ 208.885,91	956%	57%
8010 - Indenizações e restituições	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.060.000,00	R\$ -	R\$ -	0%	0%

### PPD – Programa 996 – Operações Especiais: outras

19%



### COFD – Programa 996 – Operações Especiais: outras

57%



# PROGRAMA 997

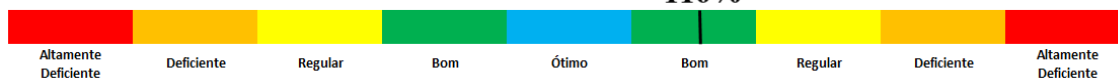
## Previdência de inativos e pensionistas do Estado

### Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
997 - Operações Especiais: outras	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 276.315.902,00	R\$ 329.435.634,68	R\$ 319.592.089,15	116%	97%
	<b>AÇÃO</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Resultado</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>PPD</b>	<b>COFD</b>
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 229.703.092,00	R\$ 281.214.605,02	R\$ 271.986.309,99	118%	97%
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 46.612.810,00	R\$ 48.221.029,66	R\$ 47.605.779,16	102%	99%

### PPD – Programa 997 – Previdência de inativos e pensionistas

**116%**



### COFD – Programa 997 – Previdência de inativos e pensionistas

**97%**



## UO 03.101 – Tribunal de Justiça

### Atividades Realizadas – Programas de Manutenção

- Pagamento de subsídio de magistrados e servidores;
- Pagamento de verbas indenizatórias para magistrados e servidores;
- Pagamento de aposentadorias e pensões de magistrados e servidores;
- Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas;
- Pagamento de contratos continuados (estagiários, serviço de postagem);
- Pagamento do PIS/PASEP;

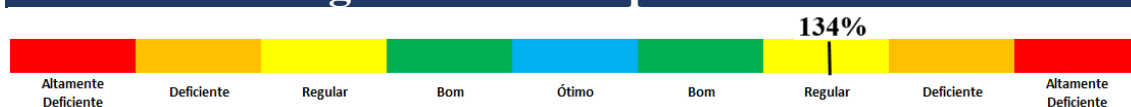
# UO 03.601 – FUNAJURIS

## PROGRAMA 036 Apoyo Administrativo

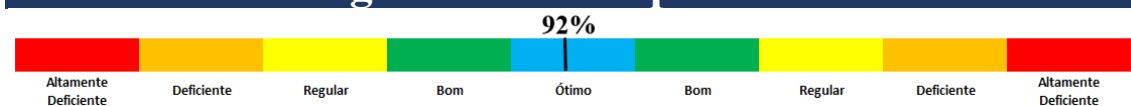
### Programa de Manutenção

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
036 - Apoio Administrativo	R\$ 222.647.350,00	R\$ 324.827.828,53	R\$ 297.517.650,18	134%	92%
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2005 - Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$ 15.308.000,00	R\$ 40.382.728,72	R\$ 38.251.400,82	250%	95%
2006 - Manutenção de serviços de transportes	R\$ 13.802.450,00	R\$ 18.498.449,98	R\$ 17.429.831,96	126%	94%
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	R\$ 107.116.900,00	R\$ 119.678.649,83	R\$ 110.417.614,77	103%	92%
2009 - Manutenção de ações de informática	R\$ 77.120.000,00	R\$ 136.920.000,00	R\$ 122.741.521,22	159%	90%
2010 - Manutenção de órgãos colegiados	R\$ 12.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	500%	100%
2014 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	R\$ 9.150.000,00	R\$ 9.150.000,00	R\$ 8.516.223,35	93%	93%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	R\$ 138.000,00	R\$ 138.000,00	R\$ 101.058,06	73%	73%

### PPD – Programa 036 – Apoio Administrativo



### COFD – Programa 036 – Apoio Administrativo



## PROGRAMA 996 Operações Especiais: outras

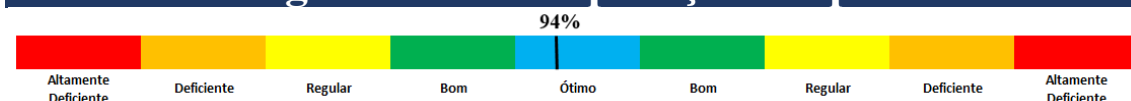
### Programa de Manutenção

PROGRAMA	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
996 - Operações Especiais: outras	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 4.479.660,00	R\$ 8.579.660,00	R\$ 8.027.664,15	179%	94%
AÇÃO	PRODUTO	Meta Física	Resultado	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 3.064.660,00	R\$ 6.414.660,00	R\$ 6.023.059,05	197%	94%
8010 - Indenizações e restituições	Ação Mantida	100%	100%	R\$ 1.415.000,00	R\$ 2.165.000,00	R\$ 2.004.605,10	142%	93%

### PPD – Programa 996 – Operações Especiais: outras



### COFD – Programa 996 – Operações Especiais: outras



## **UO 03.601 – FUNAJURIS**

### **Atividades Realizadas – Programas de Manutenção**

- Segurança Institucional: aquisições de câmeras de monitoramento, detectores de metal, scanners e munições.
- Manutenção Predial: realização de serviços de manutenção e conservação dos prédios do PJMT com a contratação de mão de obra, com manutenção de condicionadores de ar e manutenção da rede lógica;
- Manutenção da logística de transportes: serviços de manutenção da frota de veículos próprios, pagamento de alugueis de veículos e aquisição de combustível, além da contratação de mão-de-obra de motoristas;
- Manutenção atividades administrativas gerais: pagamento de contratos continuados essenciais, serviços terceirizados, serviços gráficos, diárias, alimentação, compra de passagens aéreas e terrestres, recolhimento de contribuições patronais ao INSS, além de aquisição de material permanente de uso comum (entre eles, mobiliário e ar condicionado) e pagamento de serviços essenciais (como, energia elétrica, água e esgoto e telefonia);
- Manutenção ações de informática: aquisição de notebooks, manutenção de sistemas, expansão da rede, manutenção de equipamentos, melhoria de ferramentas de BI, pagamento de contratos de manutenção e suporte à infraestrutura de TI, modernização da solução de e-mail, aquisição de sala segura, melhoria de ferramentas de trabalho remoto, melhorias sistema Pje (Processo Judicial Eletrônico), locação de mão de obra de desenvolvimento e conectividade;
- Comunicação: parcerias externas com apoio a campanhas de interesse social, atuação de divulgação e acompanhamento de campanhas, mídias para rádio, TV e internet, acompanhamento de *webnários* e eventos presenciais;

# UO 03.601 – FUNAJURIS

## Programas Finalísticos

### PROGRAMA 399

#### Aprimoramento da prestação jurisdicional

##### Programa Finalístico

**Responsável:** Claudenice Deijany Farias de Costa

**Objetivo:** Implantar mecanismos inovadores e alinhados com as melhores práticas para aprimorar a prestação jurisdicional estadual, fomentando o aumento do índice de conciliação pré-processual e processual, assim como da redução do tempo médio de tramitação.

#### Meta Física

PROGRAMA	INDICADORES	META FÍSICA (2022)	RESULTADO (2022)
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	Taxa de Congestionamento Geral	62,88%	60,59%
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	Índice de Conciliação Pré-processual	87%	60,92%
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	Tempo médio de tramitação de processos pendentes	1020	1258
AÇÃO	PRODUTO	META FÍSICA (2022)	RESULTADO (2022)
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	Congestionamento reduzido	43,50%	38,78%
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	Centro judiciário instalado	5	1
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Congestionamento reduzido	63,70%	62,25%
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Tempo médio de pendente reduzido	1049	1299
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Índice de atendimento ampliado	125,10%	120,10%
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Congestionamento reduzido	48,08%	38,13%
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Tempo médio de pendente reduzido	198	241
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	Congestionamento reduzido	61,33%	57,89%

## ANÁLISE DA META FÍSICA

Diversas ações foram realizadas durante o exercício de 2022, com o intuito de alcançar as metas estabelecidas no Programa Orçamentário 399 – Aprimoramento da prestação jurisdicional.

Se relacionam ao objetivo *implantar mecanismos inovadores* para a melhoria da prestação jurisdicional no PJMT, os indicadores voltados à redução da taxa de congestionamento, à redução do tempo de tramitação dos processos e ao aumento de audiências de conciliação, visando este último, a redução da judicialização e do tempo de tramitação.

No que tange à redução da taxa de congestionamento de processos, verifica-se que, das cinco ações orçamentárias que integram esse Programa, quatro contribuíram diretamente para o alcance da meta geral, visto que, em suas respectivas áreas de atuação, todas as taxas de congestionamento foram reduzidas, conforme tabela de resultado das metas físicas acima.

No aprimoramento da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais, verificou-se a prorrogação do prazo de funcionamento das Turmas Recursais Temporárias, por mais um ano, para auxílio dos serviços judiciários da Turma Recursal Única, consoante Resolução TJMT/OE n. 25/2021.

Outra medida que contribuiu para o aprimoramento da prestação jurisdicional foram os atendimentos do Juizado Especial Itinerante-JEI e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania-CEJUSC em todo o Estado.

A realização de processo seletivo de credenciamento de Juiz Leigo, a finalização do *Manual do processo de trabalho dos Juizados Especiais*, a criação do Núcleo de Justiça Digital dos Juizados Especiais (Núcleos da Justiça 4.0), do Núcleo de Atuação Estratégica, do Núcleo de Inquéritos Policiais-NIPO, somadas às correições remotas e presenciais, regimes de exceção, inspeções em presídios, atuação da Central de Processamento Eletrônico-CPE, esta focada no auxílio das unidades judiciárias com alta taxa de congestionamento, bem como na digitalização, migração e inserção de processos no PJe, foram medidas que muito concorreram para a redução da taxa de congestionamento.

A revisão de fluxos de processos de trabalho contribuiu para a implementação de Portal dos Canais de Atendimento Digital, à integração do inquérito policial ao Modelo Nacional de Interoperabilidade e do PJe com e-Carta, a melhoria do monitoramento do desempenho das unidades judiciárias, a implantação de painéis eletrônicos, tudo com a finalidade de melhor atender a sociedade.

As visitas realizadas em alguns polos do Estado, com a movimentação processual, as capacitações em geral, incluindo *Workshops* e, aquelas voltadas à utilização do *Business Intelligence* (BI) no monitoramento dos resultados, além daquelas com foco no fortalecimento de apoio à adoção, à família, ao enfrentamento à violência contra a mulher, e ainda, a realização de audiências públicas, também foram desenvolvidas na busca do aprimoramento da prestação jurisdicional.

No tocante ao Foro Extrajudicial, houve a ampliação dos serviços dos cartórios, instalação de cadastro em hospitais e maternidades no interior do Estado, correições, implantação do projeto piloto de carta de sentenças dos cartórios dentro do PJe, elaboração de cartilha, cadastramento dos empregados das serventias no sistema GIF.

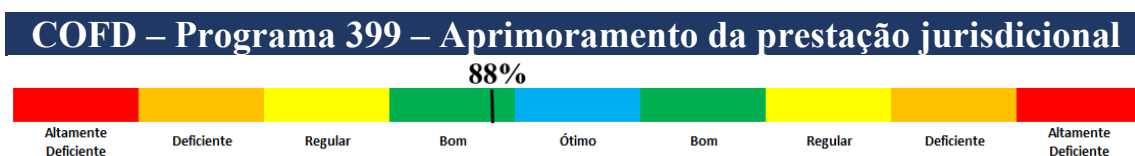
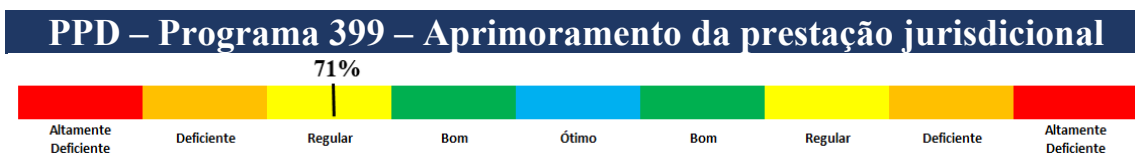
No segundo grau de jurisdição, foram realizadas ações que também reduziram a taxa de congestionamento geral, materializadas por meio da aplicação do



modelo de trabalho do Centro de Inteligência, do Laboratório de Fluxo do PJe no 2º Grau, da virtualização dos processos físicos, aprimoramento da ferramenta de BI, com treinamento dos usuários dos gabinetes dos Desembargadores.

Importante destacar que, na Infância e Juventude, as capacitações voltadas às matérias específicas dessas unidades contribuíram para maior produtividade e, conseqüentemente, para a redução da taxa de congestionamento.

Execução Orçamentária						
PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD	
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional	R\$ 48.295.550,00	R\$ 39.020.550,00	R\$ 34.308.588,89	71%	88%	
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD	
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	R\$ 13.030.000,00	R\$ 11.280.000,00	R\$ 8.766.034,26	67%	78%	
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	R\$ 7.039.100,00	R\$ 4.939.100,00	R\$ 4.552.218,85	65%	92%	
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	R\$ 26.369.000,00	R\$ 20.419.000,00	R\$ 18.926.225,87	72%	93%	
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	R\$ 1.637.450,00	R\$ 2.162.450,00	R\$ 1.909.700,54	117%	88%	
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	R\$ 220.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 154.409,37	70%	70%	



## ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

Durante o exercício financeiro de 2022 foi disponibilizado inicialmente, no Plano de Trabalho Anual (PTA 2022), um orçamento total de R\$ 48.295.550,00 (quarenta e oito milhões, duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais), tendo o programa (Aprimoramento da prestação jurisdicional) um desempenho **regular**, atingindo 71%, no que tange à capacidade de planejar, representado pelo indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD).

Em razão de remanejamento dos recursos para o atendimento de outras demandas, em especial, ao acréscimo dos contratos de prestação continuada e aquisições de material de consumo e permanente, o exercício foi encerrado com R\$ 39.020.550,00 (trinta e nove milhões, vinte mil, quinhentos e cinquenta reais). Essa medida contribuiu para o **bom** desempenho da execução orçamentária, com o atingimento de 88% no indicador da **COFD** – Capacidade Operacional Financeira da Despesa.

O orçamento destinado ao Aprimoramento da prestação jurisdicional permitiu um incremento nas contratações de prestação continuada e naquelas destinadas às aquisições de materiais de consumo e permanente, assim como, a locação de imóveis para o funcionamento de diversas unidades judiciárias em Cuiabá e Várzea Grande, em eventos voltados à qualificação nas respectivas áreas de atuação dos participantes (cursos, seminários, encontros, oficinas).

O credenciamento de profissionais para atuação na atividade jurisdicional, nas áreas de psicologia, assistência social, conciliação, contabilidade, fornecimento de diárias e, ainda, a contratação de serviços de tradução, interpretação e digitalização, foram materializados com o orçamento reservado ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

# PROGRAMA 400

## Gestão estratégica com pessoas

### Programa Finalístico

**Responsável:** Claudenice Dejany Farias de Costa

**Objetivo:** Melhorar o grau de satisfação do colaborador com o ambiente de trabalho, visando os impactos que este bem-estar pode trazer aos resultados positivos da organização.

Meta Física				
PROGRAMA	INDICADORES	META FÍSICA (2022)	RESULTAADO (2022)	
400 - Gestão estratégica com pessoas	Índice de produtividade de magistrados	2195	1760	
400 - Gestão estratégica com pessoas	Índice de produtividade de servidores	124	118	
400 - Gestão estratégica com pessoas	Índice de absenteísmo de magistrados	2,18	0,11	
400 - Gestão estratégica com pessoas	Índice de absenteísmo de servidores	1,99	0,10	
AÇÃO	PRODUTO	META FÍSICA (2022)	RESULTAADO (2022)	
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	Dias de licenças médicas reduzidas	41806	14119	
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	Atendimentos realizados	132295	131111	
3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas	Lacuna de competência reduzida	7,5	4,2	
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	Magistrado 1º Grau capacitado	232	243	
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	Magistrado 2º Grau capacitado	27	20	
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	Cursos credenciados pela ENFAM realizados	27	18	
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	Vagas disponibilizadas	1267	8704	
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instância - ESCOLA DOS SERVIDORES	Servidor Capacitado	90%	100%	

## ANÁLISE DA META FÍSICA

O objetivo desse Programa é zelar pela satisfação de magistrados, servidores e colaboradores em geral, na expectativa de resultados positivos para a missão do PJMT. Nessa busca de melhores resultados, foram reunidas ações orçamentárias voltadas à saúde e à capacitação.

Na área da saúde, o Programa Bem Viver realizou campanhas pontuais e inúmeros atendimentos nas áreas médica, de psicologia, nutrição, odontologia e fisioterapia, com a finalidade de minimizar as ausências ao trabalho, por magistrados, servidores e colaboradores em geral.

Já as capacitações oferecidas, especialmente, aos magistrados e servidores, visando proporcionar maior satisfação, por intermédio de cursos presenciais, EaD e videoconferências, abarcaram temas da área do Direito, de gestão e comportamental.

A Escola de Servidores contou com 9.572 participações nas capacitações ofertadas, com 4.786 servidores capacitados.

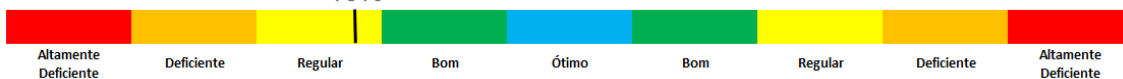
Importante consignar que as capacitações das Escolas de Servidores e de Magistrados buscam minimizar a lacuna de competência.

## Execução Orçamentária

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
400 - Gestão estratégica com pessoas	R\$ 13.187.850,00	R\$ 11.837.850,00	R\$ 9.971.848,02	76%	84%
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	R\$ 6.888.500,00	R\$ 5.888.500,00	R\$ 5.131.838,17	74%	87%
3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas	R\$ 1.280.000,00	R\$ 730.000,00	R\$ 121.383,43	9%	17%
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instância - ESMAGIS	R\$ 2.772.150,00	R\$ 2.272.150,00	R\$ 2.131.576,50	77%	94%
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instância - ESCOLA DOS SERVIDORES	R\$ 2.247.200,00	R\$ 2.947.200,00	R\$ 2.587.049,92	115%	88%

### PPD – Programa 400 – Gestão estratégica com pessoas

76%



### COFD – Programa 400 – Gestão estratégica com pessoas

84%



## ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O orçamento autorizado para cumprimento das atividades do Programa 400–Gestão estratégica com pessoas foi suficiente para o atendimento das necessidades previstas.

As ações direcionadas à saúde e capacitação de magistrados e de servidores atingiram resultados satisfatórios, à exceção daquelas relacionadas à *gestão estratégica com pessoas*, motivada pela não concretização de contrato planejado e também por contratação realizada com valor inferior ao orçado; porém, o orçamento não utilizado em algumas ações foi remanejado para ações de outros Programas.

# PROGRAMA 401

## Governança e gestão para resultados

### Programa Finalístico

**Responsável:** Claudenice Deijany Farias de Costa

**Objetivo:** Fortalecer o processo de tomada de decisões estratégicas no PJMT, a fim de garantir a eficiência operacional, a transparência institucional, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira deste Poder, implantando a cultura de Inovação e a adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, da informação, dos processos de trabalho e dos projetos com foco no alcance dos resultados.

### Meta Física

PROGRAMA	INDICADORES	META FÍSICA (2022)	RESULTADO (2022)
401 - Governança e gestão para resultados	Índice de satisfação do cliente	90%	NR
AÇÃO	PRODUTO	META FÍSICA (2022)	RESULTADO (2022)
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Processos de trabalho transformados	38%	10,52%
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Eficiência os processos de trabalho transformados	92%	0%
3241 - Transformação da Governança	Ações de inovações implementadas	40%	54,28%
3241 - Transformação da Governança	Execução da estratégia alcançada	40%	55,64%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	Nova estrutura organizacional implementada	20%	0%

## ANÁLISE DA META FÍSICA

O Programa contemplou recursos para o fortalecimento do processo de tomada de decisões no Poder Judiciário, com ações relativas à transformação da Governança, da melhoria dos processos de trabalho e da reestruturação da arquitetura organizacional.

Para atingir a meta, foram priorizados os macroprocessos voltados à melhoria da prestação jurisdicional, a exemplo dos processos de trabalho do Núcleo de Justiça Digital dos Juizados Especiais (Cível, Criminal e Fazenda Pública), dos Autos de Prisão em Flagrante do Núcleo de Inquéritos Policiais e do Atendimento à Pessoa Custodiada, ressaltando que, na área cível, alguns processos serão finalizados em 2023.

Além dos processos canalizados à prestação jurisdicional, foram também trabalhados os processos estratégicos, a exemplo do Gerir o Planejamento Orçamentário, Avaliar a Gestão, Gerir Dados Estatísticos, Gerir a Governança, Gestão de TIC.

As ações relacionadas à transformação dos processos de trabalho não atingiram o percentual definido, tendo apenas processo finalizado sem, contudo, aferir a sua eficiência.

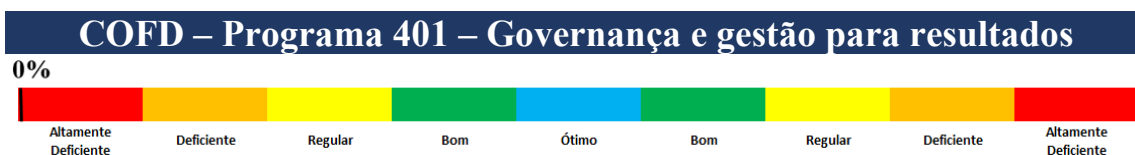
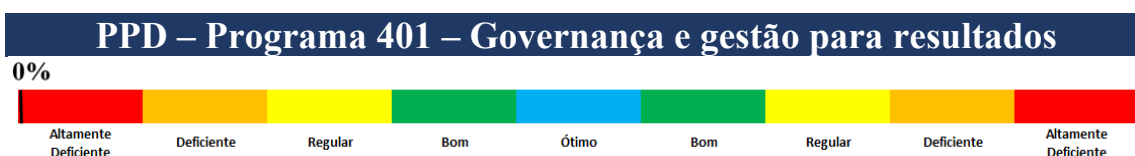
As ações referentes à gestão estratégica foram voltadas às reuniões de avaliação de aferição de cumprimento de normativas do Conselho Nacional de Justiça-

CNJ, realizadas com núcleos, comitês e comissões e grupos de trabalho, destacando que, essas ações conjuntas contribuíram para **alcançar o Selo Ouro na premiação anual do CNJ**.

Os resultados alcançados nas ações de governança voltadas às inovações foram satisfatórios e muito contribuíram para o aprimoramento dos serviços do PJMT, os quais são decorrentes de implantação de unidades judiciárias específicas, melhorias de processos de trabalho, capacitações, métodos de aferição de resultados, edição de manuais, entre outros.

A ação voltada à Reestruturação da Arquitetura Organizacional do PJMT não evoluiu, pois diante da complexidade do produto nela visado, considerando, inclusive, a mudança necessária diante dos novos formatos de trabalho, a partir da pandemia em 2020, optou-se pela contratação de empresa especializada, sendo realizada pesquisa de mercado, com reuniões para apresentação dos produtos oferecidos, seguidas por apresentação de propostas, sem o recebimento de proposta contemplando a plenitude das necessidades, estando a continuidade das ações no Plano de Diretrizes e Metas da Gestão do Biênio 2023-2024.

Execução Orçamentária					
PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
401 - Governança e gestão para resultados	R\$ 960.000,00	R\$ 621.834,68	R\$ 1.834,68	0%	0%
AÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	R\$ 340.000,00	R\$ 1.834,68	R\$ 1.834,68	1%	100%
3241 - Transformação da Governança	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ -	0%	0%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ -	0%	0%



## ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O orçamento destinado a esse Programa teve redefinição de prioridades, com o redirecionamento dos valores das contratações para atender demandas recebidas do CNJ, em especial aquelas relacionadas aos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade.

Esse redirecionamento do orçamento foi suprido, em parte, com o atendimento de algumas ações por facilitadores internos do PJMT, nas ações de melhoria de processos, as quais permitiram o atingimento de objetivos do programa.

A ação voltada à Reestruturação da Arquitetura Organizacional, apesar de contar com orçamento disponível, não evoluiu em razão da não efetivação da contratação de empresa especializada.

## PROGRAMA 529

### Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional

#### Programa Finalístico

**Responsável:** Claudenice Deijany Farias de Costa

**Objetivo:** Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.

### Meta Física

PROGRAMA	INDICADORES	META FÍSICA (2022)	RESULTADO (2022)
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional	Índice de inovações tecnológicas	100%	100%
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional	Índice de edificações e reestruturações	100%	100%
AÇÃO	PRODUTO	META FÍSICA (2022)	RESULTADO (2022)
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade	Metas do CNJ cumpridas	45	0
3233 - Inovação Tecnológica	Inovações na área judiciárias disponibilizadas	1	1
3233 - Inovação Tecnológica	Inovações na área administrativa disponibilizadas	1	2
3237 - Melhoria nas edificações	Metro quadrado construído	2700	52443,23

## ANÁLISE DA META FÍSICA

Esse Programa teve suas ações voltadas à sustentabilidade, à inovação tecnológica e à melhoria nas edificações.

As ações de inovação tecnológica contemplaram medidas voltadas à atividade jurisdicional e administrativa, concretizadas com atualizações do sistema PJe, a criação de novos portais, com vistas a facilitar a comunicação com os usuários internos e externos, bem como aquisição de sistema específico para a gestão patrimonial, e melhorias de processos de trabalhos, com a finalidade de minimizar riscos, destacando que a rotatividade de profissionais especializados na área de Tecnologia da Informação, em especial, os mais qualificados, exigiram grande esforço da equipe atuante para atender as demandas de forma satisfatória.

No tocante à melhoria das edificações, foram construídos espaços voltados ao atendimento das exigências de sustentabilidade, além da instalação de usinas de energia solar no TJMT e duas comarcas do interior, com a previsão de ampliação dessas usinas na capital e no interior para os próximos anos.

Entre construções e reformas, foram 5 comarcas (capital e interior).

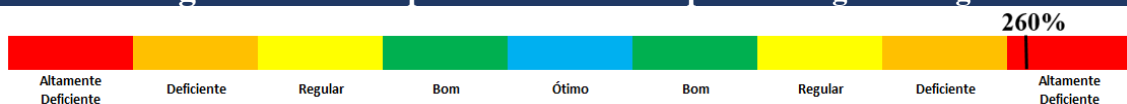
O orçamento destinado à ampliação da sustentabilidade foi utilizado para contratações com vistas a divulgar as diversas demandas das ações no âmbito do PJMT, considerando que estas visam atender aos comandos de normativas do Conselho Nacional de Justiça, com indicadores que são aferidos no Prêmio CNJ de Qualidade.

Apesar de todo o esforço da Equipe atuante nas ações da sustentabilidade, o PJMT não atingiu a meta estabelecida, pois o percentual do indicador foi inferior a 50%.

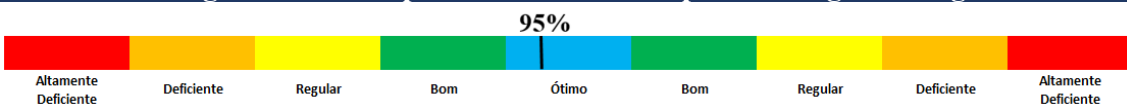
Imperioso registrar que as dificuldades enfrentadas pelas unidades responsáveis pelo programa, não impediram que os objetivos fossem atingidos.

<b>Execução Orçamentária</b>						
PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD	
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional	R\$ 16.895.500,00	R\$ 46.128.186,79	R\$ 43.948.258,31	260%	95%	
ACÃO	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD	
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade	R\$ 212.500,00	R\$ 212.500,00	R\$ 187.850,00	88%	88%	
3233 - Inovação Tecnológica	R\$ 10.890.000,00	R\$ 8.090.000,00	R\$ 7.025.834,66	65%	87%	
3237 - Melhoria nas edificações	R\$ 5.793.000,00	R\$ 37.825.686,79	R\$ 36.734.573,65	634%	97%	

### PPD – Programa 529 – Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional



### COFD – Programa 529 – Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional



## ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O desempenho altamente deficiente na execução orçamentária é decorrente de as obras planejadas não contarem, de início, com o suporte necessário à demanda, uma vez que este acontece ao longo do exercício com superávit orçamentário, medida comum na execução do orçamento.



As contratações realizadas pela Tecnologia da Informação voltadas à inovação, tanto para as atividades jurisdicionais como para atividades administrativas, pela Infraestrutura, para a construção e reforma de prédios com a finalidade de melhorar as edificações do PJMT e, ainda, aquelas para disseminação da sustentabilidade no PJMT, contribuíram para uma execução orçamentária satisfatória.

*(assinado digitalmente)*  
Desembargadora MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS,  
Presidente do Tribunal de Justiça  
Biênio 2021/2022

*(assinado digitalmente)*  
CLAUDENICE DEIJANY FARIAS DE COSTA,  
Diretora Geral  
Biênio 2021/2022

*(assinado digitalmente)*  
AFONSO VITORINO MACIEL,  
Coordenador de Planejamento.

*(assinado digitalmente)*  
GUSTAVO LUIZ DE MORAIS,  
Diretor de Planejamento.

*(assinado digitalmente)*  
VERA LÍCIA DE ARIMATÉIA SILVA,  
Assessora de Planejamento.